

A AGRICULTURA CAMPONESA-FAMILIAR NO ASSENTAMENTO PACO-PACO EM PIRAPORA-MG

Autores: JAQUELINE APARECIDA GONÇALVES MACHADO, JAQUELINE APARECIDA GONÇALVES MACHADO

Introdução

Os assentamentos surgem a partir da luta dos trabalhadores rurais sem terra e podem ser definidos como criação de novas formas de produção agrícola e a conquista da terra, por meio de políticas públicas visando uma reorganização do uso da terra em benefício dos camponeses. De acordo com Marques (2008), o campesinato se refere à uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de formação do Assentamento Paco-Paco e a dinâmica socioeconômica dos assentados. O Assentamento Paco-Paco é um exemplo de resistência, surgindo em 1998, sendo este advindo de lutas sociais pela posse da terra. Portela e Fernandes (2005, p.49) defendem o assentamento como uma forma de redução da pobreza no Brasil:

Os assentamentos são as melhores provas de que a reforma agrária é necessária, que por meio dela é possível mudar a realidade e a miséria existente no Brasil. A reforma agrária não é a única condição, mas é uma das principais políticas para acabar com a fome e pobreza no país em que vivemos.

Localizado nas margens da BR 365, km 147, município de Pirapora-MG (mapa 01). De acordo com Gonçalves, Silva, Mendonça e Castro (2010, p.05): “O município está inserido entre as coordenadas 17°21’55” latitude Sul e 44° 56’ 59” longitude Oeste, na região Norte do estado de Minas Gerais”. O Assentamento possui área total de 447,94 hectares e se encontra a margem direita do rio São Francisco, fator decisivo para o seu desenvolvimento agrícola, visto que suas águas são utilizadas para a irrigação dos cultivos, criação de animais e consumo humano.

Material e métodos

- Revisão de literatura.
- Trabalho de campo (relatos dos assentados, entrevistas abertas).
- Elaboração cartográfica.

Resultados e discussão

A partir das entrevistas realizadas com os camponeses entre os anos de 2016 e 2017, foi possível analisar a realidade socioeconômica das famílias tempo de residência, participação dos mesmos na luta pela posse da terra, principal fonte de renda, subsídios e grau de satisfação.

O processo de ocupação teve início em 1998 e contava com 71 famílias que tinham como principal objetivo alavancar o progresso no campo. Após vários meses de ocupação e luta, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA) realizou a primeira vistoria na fazenda e deu um parecer final de que a fazenda se tratava de uma propriedade improdutiva e que as terras seriam destinadas a reforma agrária, sua legitimação ocorreu no ano de 2000, assentando 42 famílias que resistiram ao processo de luta.

A partir das visitas ao campo e entrevistas abertas com os moradores, foi possível analisar a realidade socioeconômica das famílias, tempo de residência, participação dos mesmos na luta pela conquista da terra, principal fonte de renda, subsídios e grau de satisfação. Atualmente 38 lotes tem as suas produções ativas onde os camponeses e suas famílias tem como principal atividade a comercialização, dos outros 4 (quatro), se mantém de rendas oriundas da cidade, tendo o assentamento como moradia e produção para o autoconsumo.



Durante a pesquisa, foi feito o levantamento de todas as atividades agropecuárias desenvolvidas no assentamento, são as produções de: abóbora, banana, berinjela, caxixe, coco, feijão goiaba, graviola, hortaliças, laranja, limão, mamão, mandioca, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho, pecuária, pimenta, quiabo, tomate, uva.

A principal finalidade dessas produções é a comercialização e são vendidos no comércio regional de Pirapora, Ceasa Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro, São Paulo e programas como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Municipal Cesta Cheia e para a Prefeitura de Pirapora por meio de licitações.

O Assentamento Paco-Paco possui em 2017, um total de 63 famílias que tem o assentamento como residência fixa, e um total de 190 pessoas morando no campesinato, isso acontece porque os filhos e familiares dos assentados permanecem ou retornam para o campo devido o acesso à terra e a proximidade com a família, e também como uma estratégia econômica, pode-se dizer que o Paco-Paco é muito produtivo, e por estar próximo a Br 365, facilidade o transporte dessas produções.

Conclusão

Com base nos dados levantados, pode-se concluir que o Assentamento Paco-Paco é um exemplo de luta e resistência a essas desigualdades, os camponeses participam ativamente da sua configuração atual, e continuam recriando estratégias para a permanência no Assentamento.

A agricultura camponesa-familiar presente no Paco-Paco está contribuindo para o crescimento do município de Pirapora e valorização da produção familiar local, favorecendo a economia regional, evitando o êxodo rural e dando condições das famílias permanecerem no campo.

A partir dessa pesquisa, pode-se constatar que a luta pela posse de terra esteve sempre baseada no trabalho familiar e que com o apoio das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa-familiar, o assentamento obteve diversas oportunidades de surgimento e crescimento ao longo dos anos, propiciando sua territorialização.

Agradecimentos

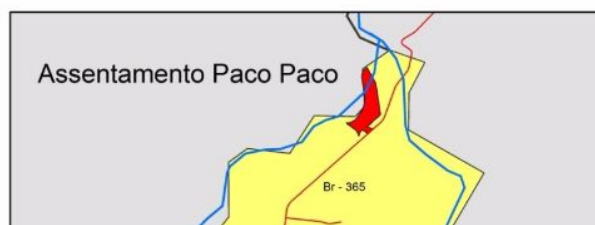
Ao Programa PIB/Campi UNIMONTES pela bolsa de Iniciação Científica.

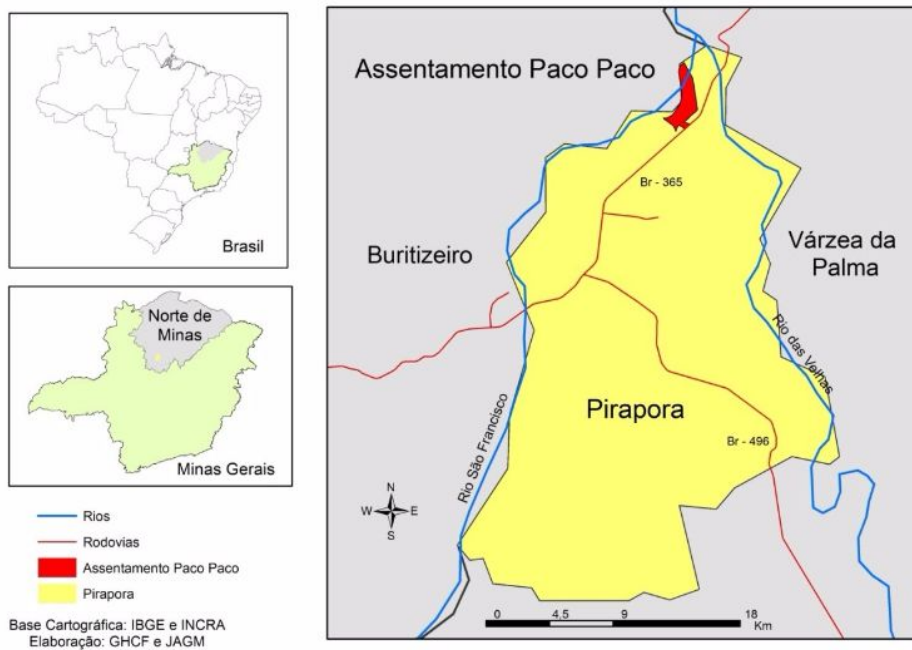
Referências

GONÇALVES, Silky. P. P. S; SILVA. Susy.A.P; MENDONÇA, Daniella. S; CASTRO, Kênia, R. F. Assentamento Paco- Paco:luta pela terra.In: **Anais do Colóquio Cidade e Região: Dinâmicas dos espaços urbanos e rurais.** Unimontes:2010.p.1-10.

MARQUES, Marta. I. M: A atualidade do uso conceito de camponês. **Revista Nera**, ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008

PORTELA, Fernando; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma Agrária.** 13º Ed.- São Paulo: Ática, 2005.





Mapa 1: Localização do Assentamento Paco-Paco em Pirapora- MG. **Fonte:** IBGE e INCRA.